

Capitalismo Contemporâneo, Formação Social Brasileira e Barbárie: breves reflexões

Lucia Maria da Silva Soares¹

RESUMO

A chegada de Bolsonaro ao poder no Brasil ratifica o novo episódio de “modernização conservadora prussiana” iniciado com o golpe de 2016 num cenário capitalista mundial de radicalização de barbárie. Tal momento nacional de ares de extrema direita ameaça dramaticamente a sobrevivência dos trabalhadores, particularmente a dos mais pobres, mulheres, negros, indígenas e lgbt’s num agravamento nefasto das nossas desigualdades históricas.

Palavras-chave: Capitalismo. Barbárie. Brasil

ABSTRACT

The arrival of Bolsonaro to the power ratifies the new episode of “prussian conservative modernization” initiated with the coup of 2016 in a world capitalist scenario of radicalization of barbarism. Such a national moment of the far right dramatically threatens the survival of workers, particularly the poorest, women, blacks, indigenous and LGWs in a nefarious aggravation of our historical inequalities.

Keywords: Capitalismo. Barbarism. Brazil.

¹ Professora da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (ESS/UFF/NITERÓI)

INTRODUÇÃO

A despeito do assombro que parece tomar parte da sociedade com uma suposta “volta” do conservadorismo e a escalada do profascismo no Governo Bolsonaro em curso², fato é que no bojo do acirramento da luta de classes, desde o golpe de 2016 que tirou Dilma Rousseff do poder e inaugurou a gestão ilegítima de Temer, as elites nacionais comprometidas com o projeto neoliberal de país resolveram reavivar o autoritarismo que nunca foi de todo superado na transição da ditadura do grande capital para o Estado Democrático de Direito consubstanciado na Constituição Federal de 1988. Em outras palavras, a estratégia democrática e popular defensora de reformas ao longo prazo a partir do protagonismo da classe trabalhadora na disputa pela hegemonia - bem representada pela performance política do Partido dos Trabalhadores – acabou vencida pela velha estratégia burguesa de transição pelo alto (OUTRAS MÍDIAS, 2018; IASI, 2015). No final, a chegada de Bolsonaro ao poder, movida por uma “anticampanha” eleitoral sem precedentes dada a ausência absoluta do candidato vitorioso do debate público e do abuso de *fake news*, vem ratificar o aprofundamento da “modernização conservadora prussiana” no país numa afirmação de tendência política de extrema direita.

Considerando os graves desdobramentos deste evento para a sobrevivência da grossa maioria dos trabalhadores brasileiros, o presente texto intenta retratar as nuances do capitalismo contemporâneo, terceira fase do capitalismo monopolista, e a inserção periférica brasileira de longa data que apresentou em 2016 uma nova “conciliação pelo alto” entre as elites, após treze anos de administração petista, em favor da acumulação do capital.

1.1. O poder destrutivo do grande capital em marcha

Para desenvolvimento de nossas reflexões, primeiramente faz-se mister recuperar com Netto e Braz (2008) que o imperialismo, cuja base econômica é o monopólio³, apresenta três fases: a primeira, “clássica”, vai de 1890 a 1940, os “anos dourados” entre o fim da Segunda Guerra Mundial até os anos 1970 e, finalmente, o capitalismo contemporâneo, de meados dos anos 1970 aos dias de hoje. De acordo com os autores, a fase “clássica” foi marcada pela crise de 1929 que atestou a necessidade

² Ver Iasi (2015) e Fontes (2019).

³ Ver Lenin (2012).

imperiosa da intervenção estatal nas condições gerais da produção e da acumulação. Tanto a ofensiva do movimento operário europeu quanto a Revolução Russa de 1917 compuseram o cenário histórico de sacrifício da democracia em nome do controle monopolista da economia, com a burguesia em estado de alerta contra o comunismo. Não à toa a vigência das experiências fascistas naqueles países com tradições democráticas mais fracas⁴.

Os “anos dourados” representam as “três décadas gloriosas”, quando a expansão econômica foi espetacular mesmo com as crises cíclicas, já que o Estado se mostrava intervencionista à luz do pensamento de Keynes. Nesta segunda fase, os Estados Unidos passam a comandar o imperialismo militar, política e economicamente no lugar da Europa, liderando o combate ao comunismo no mundo, haja vista a Guerra Fria e demais confrontos como na Coreia (1950-1953), no Vietnã (1963-1975) etc. É neste intervalo também que a organização taylorista-fordista do trabalho se torna modelo nas indústrias e que o crédito ao consumidor, a inflação e o setor de serviços ou terciário⁵ se exponenciam.

O capitalismo contemporâneo, terceira fase do estágio imperialista, se configura num movimento de reação do capital, quando do esgotamento da “era de ouro”, sustentado no tripé reestruturação produtiva-financeirização-ideologia neoliberal já citado. Este é assim distinguido a partir da crise dos anos 1970. Para reagir a ela, no sentido de reverter a queda da taxa de lucro e de criar outras condições para a exploração da força de trabalho, o movimento sindical foi o primeiro a ser vitimado por meio de medidas legais restritivas ao seu poder de atuação e depois por ameaças concretas aos direitos trabalhistas e sociais. Paralelamente, a acumulação passa de rígida a flexível, com desterritorialização e terceirização da produção, além da adoção de novas tecnologias como a microeletrônica e a robótica. Isso tem impacto na força de trabalho em vários níveis, com exigências de qualificação, polivalência e “envolvimento” dos trabalhadores. A precarização do emprego, o crescimento do desemprego e a agudização da “questão social” são também reflexos desta virada, que nada mais significa do que uma robusta ofensiva do capital sobre o trabalho, que nos

⁴ O fascismo é uma alternativa política efetiva na idade dos monopólios: “A modalidade fascista de intervir na economia para garantir as *condições gerais* [grifo dos autores] da produção e da acumulação capitalistas é conhecida: o terrorismo de Estado imobiliza e/ou destrói as organizações dos trabalhadores, regula a massa salarial conforme o interesse dos monopólios, favorece descaradamente o grande capital, militariza a vida social e investe forte na indústria bélica” (NETTO e BRAZ, 2008, p.194).

⁵ Segundo Netto e Braz (2008, p.201), este setor, caracterizado pelo trabalho improdutivo, engloba “atividades financeiras e securitárias, comerciais, publicitárias, médicas, educacionais, hoteleiras, turísticas, de lazer, de vigilância privada etc.”

leva a uma regressão social impressionante há quarenta anos.

Neste texto, o exame do capitalismo recente consiste em tarefa indispensável, posto que é no seu avanço que o poder destrutivo do grande capital se eleva à máxima potência e o sincretismo da realidade nacional se repõe e intensifica sob a reificação burguesa posta pelo fetichismo que nos aliena a todos. São antigas as evidências do sincretismo ao longo da história brasileira, visto que, no plano político, a frequente ‘conciliação pelo alto’ entre as elites contra a participação popular nas decisões nacionais⁶ acabou por marcar as ideias de nossos intelectuais, fossem eles liberais ou progressistas. Por aqui, o amadurecimento da sociedade civil consistiu num longo e complexo processo, posto que antes da introdução do modo de produção capitalista *in loco*, houve uma colonização portuguesa caracterizada pela exploração devastadora do território quando do capitalismo comercial na Europa⁷. Considerando que as passagens para a Monarquia e para a República e seus cursos – que incluíram golpes e duas ditaduras – reforçaram a subordinação ideológica e cultural ao estrangeiro e não liquidaram com o traço do favor, bem representado no exercício autoritário da cooptação, para os intelectuais restaria um trabalho bastante difícil: de ruptura com a cultura “elitista, aristocratizante, ornamental” que se desenvolvia; e de resistência ao confucionismo ideológico e ao ecletismo teórico decorrentes de tal formação histórica:

Escapar da ‘via prussiana’ e de suas sequelas anticulturais não é um movimento que dependa apenas da disposição pessoal dos intelectuais. A coragem e a retidão moral são certamente necessárias, mas não suficientes. Dado que na raiz do ‘intimismo’ está a separação entre os intelectuais e a

⁶ Coutinho (2011, p.45/46) afirma que a modernização conservadora que se efetuou no Brasil conduzida por um Estado inflado assumiu o caráter de uma “via prussiana” na concepção de Lenin ou de uma “revolução passiva” no entendimento de Gramsci: “É evidente que o fenômeno da ‘via prussiana’ – tal como Lenin o formula – tem sua expressão central na questão da passagem para o capitalismo, no modo de adequar a estrutura agrária às necessidades do capital. Mas, generalizando o conceito, pode-se dizer que – na base de uma solução ‘prussiana’ global para a questão da transição ao capitalismo – todas as grandes alternativas concretas vividas pelo nosso país, direta ou indiretamente ligadas àquela transição (Independência, Abolição, República, modificação do bloco do poder em 1930 e 1937, passagem para um novo patamar de acumulação em 1964), encontraram uma resposta ‘à prussiana’; uma resposta na qual a conciliação ‘pelo alto’ jamais escondeu a intenção explícita de manter marginalizadas ou reprimidas – de qualquer modo, fora do âmbito das decisões – as classes e camadas sociais ‘de baixo’. Portanto a transição do Brasil para o capitalismo (e cada fase do capitalismo para a fase subsequente) não se deu *apenas* [grifo do autor] no quadro da reprodução ampliada da dependência, ou seja, com a passagem da subordinação formal à subordinação real em face do capital mundial: em estreita relação com isso (já que uma solução não prussiana da questão agrária asseguraria as condições para o desenvolvimento de um capitalismo nacional não dependente), essa transição se processou *também* [grifo do autor] segundo o modelo da ‘modernização conservadora’ prussiana”.

⁷ De acordo com Santos (2012, p.56), Caio Prado Júnior salienta que existe outra forma de colonização que foi “a realizada por emigrantes ingleses ao norte da América que objetivou a construção de um novo mundo, cuja semelhança com as sociedades europeias iam para além de afinidades climáticas e fosse, para eles, mais seguro (tanto econômica quanto religiosamente) que suas sociedades de origem”.

realidade nacional-popular, uma separação posta e repostada pela ‘via prussiana’, o antídoto contra tal veneno não pode ser produzido simplesmente no laboratório imanente da própria cultura: a superação do ‘intimismo’, tanto no nível pessoal quanto social, passa pela orgânica integração dos intelectuais com a luta das classes subalternas para se afirmarem como sujeitos efetivos de nossa evolução social e política. Uma luta que tem por meta a destruição do elitismo implícito na ‘via prussiana’, com a conseqüente abertura de um processo de renovação democrática que envolva todas as esferas do ser social brasileiro (COUTINHO, 2011, p.52).

A transição não-clássica para o capitalismo que ocorreu no Brasil republicano, até então de economia agroexportadora e de relações de trabalho escravistas, marcou o porvir da nação com uma miscelânea entre “progresso” e conservação. A dependência ao colonialismo e ao imperialismo nos reservou uma inserção periférica na dinâmica de desenvolvimento desigual e combinado, garantida por um Estado hipertrofiado, e definiu uma postura agressiva da burguesia nacional em relação ao proletariado e ao socialismo por conta de sua clara rejeição à ampliação da cidadania⁸. Inspirada no pensamento de Florestan Fernandes, Behring (2008) aponta como o “crescimento a partir de dentro” foi impedido pela “visão estreita do dinamismo do mercado interno” que seguia favorecendo os interesses da oligarquia agrária como se não houvesse outra alternativa para o desenvolvimento econômico no país⁹. Não por acaso, o trabalho livre se desenvolveu entre nós como se fosse reflexo do trabalho escravo e a democracia se ergueu com severas restrições.

No cenário monopolista internacional, o capitalismo brasileiro evoluiu desprovido de reformas estruturais e sob a marca da heteronomia. Ademais, na visão de Juarez Guimarães¹⁰ que se coaduna com a de Coutinho já citada, temos vivido ciclos de modernização conservadora (como durante a era Vargas e a ditadura do grande capital) que acentuaram a adaptação do país aos fluxos do imperialismo. Vejamos como estes liames se concretizam atualmente para compreendermos a reposição do sincretismo e as expressões mais recentes da barbárie capitalista entre nós.

⁸ Este perfil da burguesia brasileira, que parece equivale-la a um estamento de privilegiados, como Santos (2012) demonstra, denuncia a herança senhorial e autoritária do país.

⁹ Santos (2012) demonstra como a indústria de bens de produção não foi priorizada no Brasil justamente porque, sob o capitalismo monopolista, o país assumiu o lugar de receptor de capitais que os países centrais exportavam e isto guarda vínculo direto com a funcionalidade do padrão produtivo interno ancorado no latifúndio (produção a baixo custo de matérias primas que podiam ser vendidas a preços razoáveis) e na importância política dos grandes latifundiários junto ao Estado (o que custou ao país imenso retardo em reformas capitalistas). Ou seja, mesmo a industrialização pesada que ganhou terreno durante o governo JK entre os anos 1956 e 1961 - quando a política de substituição de importações determinou um mercado interno de bens de capital e de consumo duráveis um pouco mais autossuficiente - não acarretou qualquer mudança na estrutura fundiária nacional porquanto não se investiu seriamente em inovação tecnológica aqui tampouco se dignou alterar a posição subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho.

¹⁰ Cf. Behring (2008).

Segundo Mészáros (2011), o capitalismo – “totalizador irrecusável e irresistível”, que não pode combinar com o princípio da democracia já que abarca perda de controle sobre os processos de tomada de decisão, numa articulação incomum entre economia e política – alcançou seu ponto máximo de contradição entre maturação e saturação. Para o próprio sistema e para a humanidade, com destaque para a força de trabalho necessária à produção capitalista mas ameaçada pelo desemprego estrutural, os riscos são incontáveis visto que o Estado, como protetor das condições gerais da extração da mais valia e estruturador político do capital, é incapaz de responder à totalização exigida pela sua dinâmica¹¹. Como a progressiva conexão entre concentração de capital e socialização do trabalho ameaça a divisão do trabalho, de acordo com o autor, o controle social no mundo assumido pelo capital apresenta uma crise extraordinária¹². Mais do que nunca, a expansão sem freios do sistema pressiona a simples sobrevivência, exigindo, sob o ponto de vista de Mészáros, uma análise dos limites da existência humana nos campos militar e ecológico. Mais do que nunca, a contradição fundamental entre aumento de expectativas e colapso da capacidade em atendê-las fica exposta e as formas e meios de comunicação alternativos divulgam a sua limpidez. Não à toa, a tendência do capitalismo contemporâneo tem sido a de substituir o “Estado de Bem Estar” originado no segundo pós-guerra por uma “previdência social dirigida” focada nos “pobres merecedores” dada a taxa de lucro em queda e o sufocamento da proliferação do valor de troca. Do mesmo modo, não por acaso, há o aumento progressivo do autoritarismo nos Estados e a frustração com o funcionamento da democracia representativa¹³.

Ao se referir ao capitalismo contemporâneo como “novo imperialismo” norteado pelos Estados Unidos, Harvey (2005) expressa que o imperialismo encerra

¹¹ Até porque, segundo Mészáros, foi o intervencionismo do Estado na economia que acelerou a maturação das contradições do sistema.

¹² Conforme Mészáros, o estado da religião no Ocidente, da educação e da desintegração da família (considerado o impacto cultural dos movimentos em favor do uso de drogas, pela libertação feminina, por outra vida comunitária) atestam o nível crítico das instituições da sociedade hoje.

¹³ O autor também indica que cada vez mais postos políticos do Executivo vêm sendo assumidos por representantes de grandes empresas e grupos financeiros. No Governo Temer foi o caso do então ministro da Fazenda Henrique Meirelles, ex-presidente internacional do BankBoston, ex-presidente do Conselho de Administração da J&F Investimentos e hoje membro do Conselho de Administração da Azul Linhas Aéreas Brasileiras; do ex-presidente do Banco Central Ilan Goldfajn, economista-chefe e sócio do banco Itaú; e do ex-ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento Blairo Borges Maggi, cuja família, através do Grupo Amaggi, foi líder na produção da soja nos anos 1990, tendo sido reconhecida a sétima mais rica do país. O atual ministro da economia do recém-empossado Governo Bolsonaro é Paulo Guedes, economista, empresário e um dos fundadores do Banco Pactual e do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmec), além de diversos fundos de investimentos e empresas. O ministro-chefe da Casa Civil, por sua vez, é o médico veterinário e também empresário Onyx Lorenzoni.

exploração de condições geográficas desiguais bem como de “assimetrias” oriundas das relações de troca, nas quais os Estados cumprem um papel político-econômico central que é justamente disputar a melhor posição para si próprios no fluxo da acumulação do capital¹⁴. Como é sabido, os Estados Unidos regem a economia internacional há mais de cinquenta anos, entretanto tal hegemonia não excluiu uma participação destacada da Europa e do Leste e do Sudeste asiáticos nos tratados financeiros¹⁵. No exercício de seu comando imperialista, a coerção e o consenso foram dosados conforme os períodos históricos e os governantes; todavia, o autor concorda com Mészáros que o uso da violência se pronunciou tanto externa quanto internamente¹⁶, com austera intolerância no primeiro caso, como o patrocínio de golpes¹⁷ e apoio ao terrorismo de Estado mundialmente revelam.

Apesar da divulgação de uma autoimagem benevolente, bastante fundamentada na promoção da segurança das democracias na Europa e do apoio à reconstrução das economias do Japão e da Alemanha Ocidental durante a Guerra Fria, fato é que os Estados Unidos não deixaram de priorizar seus interesses ao longo de sua dominação até hoje¹⁸ quando, na interpretação de Harvey, utilizam desequilibradamente o capital “fictício” para sustentar seu poder. No raciocínio do autor, o século XXI atesta que a financeirização não resolveu o problema recorrente dos capitais excedentes¹⁹ e que o

¹⁴ Esta característica do imperialismo, de ser atravessado pelas lógicas do território e do capital simultaneamente, é discutida por Harvey.

¹⁵ Vale recordar as regras neoliberais do Consenso de Washington, que se tornaram política institucional do Fundo Monetário Internacional nos anos 1990. Dentre elas: diminuição dos gastos públicos, abertura comercial, privatização e desregulamentação.

¹⁶ Após a Segunda Guerra Mundial, de acordo com Harvey (2005), dois princípios básicos passaram a nortear a política interna norte-americana, independentemente do desempenho no exterior: a ordem deve manter-se estável e a acumulação do capital e o consumo doméstico devem crescer permanentemente em prol da paz e da prosperidade.

¹⁷ Harvey menciona Irã, Iraque, Guatemala, Chile, Indonésia e Vietnã como alguns dos países que experimentaram esta atuação norte-americana com chancela da CIA e de outras agências. Cumpre recordar o patrocínio de golpes na América Latina entre os anos 1960 e 1980 também no Brasil, Argentina, Chile, Uruguai, Bolívia e Peru. Mais recentemente, verifica-se o apoio de Washington aos golpes em Honduras no ano de 2009, no Paraguai em 2012 e no Brasil em 2016.

¹⁸ O autor aponta que não raro nos tratos internacionais os Estados Unidos articulam relações comerciais privilegiadas, patronato, clientelismo e coerção encoberta, numa tentativa de mascaramento do cunho nocivo da “globalização”.

¹⁹ Muito pelo contrário, os déficits subsequentes no mundo iluminam a gravidade de se separar capital financeiro e produção, pois, conforme Harvey (2005, p.61/62): “No nível internacional, o capital financeiro mostrou-se cada vez mais volátil e predatório. Vários surtos de desvalorização e destruição do capital viviam a ocorrer (em geral, pelas boas graças dos programas de ajuste estrutural do FMI) como antídoto para a incapacidade de manter a fluidez da acumulação do capital por meio da reprodução expandida. Em alguns casos, na América Latina, nos anos 1980, por exemplo, economias inteiras foram varridas e seus ativos recuperados pelo capital financeiro dos Estados Unidos. O ataque dos fundos de derivativos [*hedge*] às moedas indonésia e *thai* em 1997, apoiado pelas agressivas políticas deflacionárias exigidas pelo FMI, levou à falência mesmo empreendimentos viáveis por todo o Leste e o Sudeste asiáticos. O resultado disso foram o desemprego e o empobrecimento de milhões de pessoas. Do mesmo

livre mercado, em vez de proporcionar qualidade de vida melhor para todos, proporcionou graus de desigualdade social ainda mais profundos²⁰.

Além disso, Harvey admite que a explosão da especulação financeira a partir de 1973, sob a ideologia neoliberal e com o protagonismo dos Estados, acarretou numa cronificação dos processos típicos da acumulação primitiva, desde a sua gênese comprometidos com fraude e roubo²¹, o que ele denomina “acumulação via espoliação”. O autor esclarece que o objetivo deste tipo de acumulação consiste em liberar ativos de capital e da força de trabalho a custo bem baixo, para que o capital sobreacumulado possa dar-lhes um uso lucrativo o mais rápido possível. Neste contexto, a função dos Estados e dos organismos internacionais é orquestrar tais desvalorizações sem que um colapso absoluto ocorra, daí a necessidade de manutenção de um “estado de guerra de baixa intensidade” com repressão dos movimentos populares de resistência.

A reversão deste cenário pós-fordista sem mergulho na barbárie, nas palavras de Chesnais (1996), é bastante difícil. Com a deterioração ou mesmo destruição das três formas institucionais que garantiram a expansão da acumulação do capital entre 1950 e 1975 – a saber: trabalho assalariado como tipo principal de inserção social e acesso a renda; taxas de câmbio fixas que através de instituições e mecanismos modelavam um clima monetário internacional estável; e, por fim, Estados contemplados com instituições habilidosas na condução do capital privado –, a incontrollabilidade do capital ficou escancaradamente exposta tal como Mészáros e Chesnais, de modo

modo, essa crise também desencadeou convenientemente uma fuga para o dólar, confirmando o domínio de Wall Street e gerando uma incrível expansão dos ativos para os abastados dos Estados Unidos. As lutas de classes começaram a se concentrar ao redor de questões como os ajustes estruturais impostos pelo FMI, as atividades predatórias do capital financeiro e a perda de direitos gerada pela privatização. O tom do anti-imperialismo começou a deslocar-se para o antagonismo aos principais agentes da ‘financeirização’ – com o FMI e o Banco Mundial apontados diretamente”.

²⁰ O autor pontua como o nacionalismo, o patriotismo e o racismo foram mobilizados entre as nações para que a sobreacumulação pudesse ser resolvida.

²¹ Uma vez que a acumulação primitiva ou originária diz respeito à pré-história do capitalismo, quando do estabelecimento do conflito entre capital e trabalho a partir dos “cercamentos” às terras camponesas na Europa, que forçou o deslocamento para as cidades de grande quantidade de força de trabalho; da exploração de ouro e prata na América; da escravidão do povo africano; da tomada e saques da Ásia etc. (NETTO e BRAZ, 2008), Harvey (2005, p.121) ressalta o seguinte: “Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra têm se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substituiu a agropecuária familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual)”.

distinto, acentuam²². Conforme este último autor, a tendência é que o mundo se divida entre os que poderão seguir utilizando os recursos e aqueles da periferia que serão contidos em guetos onde a luta pela sobrevivência predominará sangrenta. Fora este “dualismo”, Chesnais indica que existem posições a favor de um contrato social global²³; contudo, ele não crê ser possível um aceite por parte dos representantes do capital.

Na realidade, a hierarquização entre as nações foi violentamente acirrada no capitalismo monopolista vigente, pois a efetivação de políticas de desregulamentação, privatização e liberalização comercial abalou a capacidade de desenvolvimento parcialmente independente da grande maioria²⁴. O autor assinala que o assunto da administração da pobreza foi aparecendo nos relatórios do Banco Mundial na medida em que se foi constatando que o desenvolvimento – no sentido da extensão dos modos de produção e consumo dos países avançados – não seria destino natural para todos os cantos do globo:

Mesmo levando em conta certas mudanças de consumo que vieram depois das duas ‘crises do petróleo’ e o surgimento de novas tecnologias, a extensão para todo o planeta, das formas de produção, de consumo, de transporte (por automóvel individual) associadas ao capitalismo avançado é incompatível com as possibilidades e limitações tecnológicas atualmente previsíveis. Os fundamentos do modo de desenvolvimento do capitalismo monopolista contemporâneo – a propriedade privada, o mercado, o lucro, o consumo exacerbado pelo aguilhão da publicidade, mas também constantemente buscado como base de retomada da atividade industrial (inclusive pelos partidos ‘de esquerda’ e pelos sindicatos), o produtivismo a qualquer custo, sem atenção aos recursos naturais e à repartição do trabalho e da renda – estabelecem os seus limites sociais, políticos e geográficos (CHESNAIS, 1996, p.314).

A questão do mergulho da sociedade atual na barbárie, na sua tensão com a viabilidade do socialismo, também é trazida por Netto (2010). O autor salienta o

²² Sabemos, com base em Lenin e Sweezy, da vigorosa atribuição dos bancos na consolidação do capitalismo monopolista como intermediários de pagamentos, na formação de sociedades anônimas e na fusão de empresas. Em sua fase contemporânea, é nítido como tal função perdeu sua força tal o quadro de liberalização que permitiu que os oligopólios acessassem diretamente o mercado financeiro e passassem a direcionar parte de seus depósitos para poupanças institucionais. Segundo Chesnais (1996, p.311): “A recessão foi tão mais severa quanto pronunciada a fragilidade dos bancos”.

²³ Importa destacar que Harvey (2005) considera a mesma saída temporária como um gênero novo de “New Deal”. De acordo com seu raciocínio, este pacto coletivo poderia libertar a acumulação do capital do neoliberalismo, tornar o Estado mais redistributivo e controlar de forma democrática a ascendência irrestrita dos oligopólios.

²⁴ No que tange o “Terceiro Mundo”, Chesnais (1996, p.313) afirma que as relações são restritas a alguns de seus países: “Certos países ainda podem ser requeridos como fontes de matérias-primas (...). Outros são procurados, sobretudo pelo capital comercial concentrado, como bases de terceirização deslocalizada a custos salariais mais baixos (...). Mais uns poucos países, por fim, são atrativos devido a seu enorme mercado interno potencial (por exemplo, a China)”.

conjunto de impactos da restauração do capital, calcada no trinômio da flexibilização²⁵-desregulamentação²⁶-privatização²⁷, para a totalidade da vida social. Em primeiro lugar, a estrutura de classes se altera: a classe operária e as camadas médias sofrem as oscilações da divisão social e técnica do trabalho; o campesinato se encolhe progressivamente; os segmentos desprotegidos proliferam-se enquanto a oligarquia financeira global, detentora de imenso poder econômico e político, disputa com as instituições formais dos Estados os rumos nacionais mais estratégicos em apelação corriqueira à corrupção.

Em segundo lugar, a restauração do capital também modifica o perfil demográfico das populações em virtude dos processos de urbanização, do crescimento do setor terciário, do espraiamento da educação formal e da propagação da cultura por meio dos veículos de comunicação social²⁸. No que diz respeito à cultura propriamente dita sob o tardo-capitalismo, Netto aponta que todos os seus momentos – produção, divulgação e consumo – estão hoje tomados pela lógica do capital e, além disso, há o crescimento de formas culturais compartilháveis através dos meios eletrônicos como televisão, vídeo e multimídia. Para o autor, o movimento pós-moderno tem contribuído largamente não só para o afã coletivo ao consumo de bens materiais e ideais, mas igualmente para a semiologização do real²⁹ e para o individualismo possessivo.

Em terceiro lugar, no contexto mundial presente, a sociedade civil tem apresentado “novos sujeitos coletivos” emergentes em “novos movimentos sociais” cujas pautas de reivindicações exigem “novos direitos” na perspectiva de ampliação da cidadania. Há que se atentar para os limites do potencial emancipatório destes grupos, inclusive com reincidência de corporativismos, alerta Netto, já que a universalização da pluralidade de motivações que os alimentam depende de uma intervenção política de instâncias competentes³⁰. No Brasil, por exemplo, estão em notoriedade atualmente o

²⁵ Referente à produção e às relações de trabalho (Netto, 2010).

²⁶ Referente às relações comerciais e às cirandas financeiras (Netto, 2010).

²⁷ Referente ao patrimônio estatal (Netto, 2010).

²⁸ Aqui o autor, baseado em Hobsbawn, ressalta os rebatimentos para a instituição da família, com destaque para a atenção pública recentemente incrementada às mulheres e aos jovens, considerando-se a transformação dos padrões de sociabilidade.

²⁹ Netto explica que se trata de uma maneira de interpretar a realidade como se a sua representação ou o seu imaginário a definissem inteiramente. Ou seja, a imediatividade da vida social é comumente encarada como a realidade em si, numa clara dissolução do que se concebia como aparência e essência na Modernidade.

³⁰ No nosso ponto de vista, a exploração do trabalho pelo capital constitui a determinação fundamental de existência da maior parte dos sujeitos deste planeta a ser reconhecida, o que não significa em absoluto desprezar suas demais condições de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça, etnia, cor, religião, nacionalidade, idade, de saúde física ou mental etc.

Movimento Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais(LGBT) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Em quarto lugar, no capitalismo contemporâneo, a atuação do Estado como regulador da economia e da reprodução social se restringe em razão da ascensão da ideologia neoliberal pregadora do antiestatismo, daí o discurso dominante de que a sociedade civil passe a incorporar parte de suas obrigações, sem falar no fenômeno de despolitização das demandas democráticas que conseguem se manifestar. Neste país, novamente a título de exemplo, se disseminou a denominação de “vândalo” para todo e qualquer manifestante contra a ordem estabelecida.

Resumidamente, o grande capital obteve vitórias inquestionáveis e que, evidentemente, custaram caríssimo aos trabalhadores³¹:

Do ponto de vista político, medidas de ‘ajuste’ e ‘flexibilização/desregulamentação/privatização, em muitos casos, foram chanceladas por mecanismos eleitorais dotados de legitimidade formal. Do ponto de vista ídeo-cultural, contando com a maré-montante pós-moderna, os ganhos do capital não foram desprezíveis – contribuíram para conter e reverter os avanços dos anos 1960 e inícios da década de 1970, configurando o período aberto pelos anos 1980 como o de ‘um conservadorismo cada vez mais beligerante’; a proposta socialista revolucionária foi acantonada, no bivaque das velharias da Modernidade. E, do ponto de vista econômico, a lucratividade das grandes corporações foi recuperada (NETTO, 2010, p.18).

Com efeito, se revela cada vez mais árduo para os trabalhadores reagir ao acirramento dos meios bárbaros de avanço do capital que, conforme Netto, em fins do século XX comprova o esgotamento de suas possibilidades civilizatórias. No pensamento do autor, a financeirização especulativa, a centralização monopolista da biodiversidade e os crimes ambientais, a decadência ideológica, a piora da manipulação das consciências pela mídia evidenciam o fim do potencial progressista do modo de produção capitalista, sem falar nos modos atuais de enfrentamento da “questão social” expressos na militarização da vida social – como o extermínio “em nome da lei” e o encarceramento massivo³² – e no novo assistencialismo que, através das “parcerias

³¹ Melhor dizendo, vitórias do capital que custaram aos trabalhadores: seus postos de trabalho, a mínima dignidade de seus salários, além da estrutura da seguridade social pública.

³² Aqui cumpre recordar a instituição dos colégios militares como modelo para as escolas estaduais e municipais proposta pelo Governo Bolsonaro em decreto publicado em 2 de janeiro deste ano e o polêmico pacote anticrime do ministro da Justiça Sérgio Moro que altera leis do Código Penal e do Código Eleitoral, dentre os postulados está o alívio da punição para policiais que matarem em serviço e a execução antecipada da pena que afrontam os direitos humanos e apontam para a explosão da população carcerária.

público-privado”, foca suas ações no alívio da indigência³³.

1.2. As expressões recentes da barbárie no Brasil

Se considerarmos tais traços do capitalismo contemporâneo na realidade brasileira, veremos que, ao contrário de uma certa propaganda lulista, o governo petista de Lula (2003-2011) confirmou a condução neoliberal do Estado brasileiro que vinha sendo assumida desde 1990³⁴, com grandes ganhos para o sistema bancário, para o agronegócio, para a Bolsa de Valores, sem contar com o apoio novo e abundante dos segmentos populares em função da recuperação do salário mínimo, da ampliação do crédito vantajosa para o mercado e da política voltada para diminuição da pobreza bem representada pelo *Programa Bolsa Família*. Entretanto, nas gestões de Lula, a desigualdade social decresceu muito pouco, posto que as concentrações de propriedade e de poder político sequer foram tocadas³⁵.

De acordo com Braz (2017), o governo Dilma (2011-2016) – que deu prosseguimento à política econômica anterior voltada para o grande capital e seus representantes nacionais³⁶ – foi deposto em mais uma solução “pelo alto” tramada pelas elites, com participação ativa do Legislativo, Judiciário, Polícia Federal, mídia e grandes empresas. Conforme o autor, neste momento a democracia burguesa expôs mais uma vez seus limites intransponíveis, a estratégia petista de conciliação de classes

³³ Quanto a estas novas e regressivas respostas à “questão social”, vale resgatar uma afirmação do autor comprobatória de que o avanço civilizatório do capitalismo se estabelece na barbárie como Marx compreendia: “A articulação orgânica de repressão às ‘classes perigosas’ e assistencialização minimalista das políticas sociais dirigidas ao enfrentamento da ‘questão social’ constitui uma face contemporânea da barbárie” (NETTO, 2010, p.21).

³⁴ Com exceção do tratamento conferido aos movimentos sociais que desta vez não foram criminalizados. Netto (2010) salienta, todavia, o esforço deste governo em cooptá-los.

³⁵ Mota (2017, p.42) opina o seguinte: “Evidentemente que não podemos menosprezar o peso material e social das políticas de redução da pobreza implementadas na última década, a despeito de terem sido tímidas e de não afetarem a reprodução da desigualdade social no Brasil. Embora atendam necessidades reais das classes subalternas, elas também contemplaram interesses de importantes setores econômicos, como foi o caso da construção civil, das obras de infraestrutura, da criação de vagas em universidades privadas, da expansão dos planos de saúde, do crédito ao consumidor, da *bancarização* [grifo da autora] dos cartões magnéticos do Bolsa Família etc., sem esquecer os nichos de acumulação sob os auspícios da renúncia fiscal e dos recursos do BNDES que ativaram o mercado interno, ampliaram o consumo e expandiram os empregos”.

³⁶ Segundo Iasi (2017), o governo Dilma, diante da crise econômica e da radicalização da luta de classe, particularmente após as manifestações de junho de 2013, rompeu com o pacto de classes que caracterizava até então a estratégia petista e partiu para a garantia franca da ordem com criminalização dos movimentos sociais como a Lei Antiterrorismo sancionada em março de 2016 ratificou. Na interpretação do autor, o enfraquecimento do governo, cujo vice-presidente peemedebista teve papel central, abriu o campo para que segmentos de direita do Parlamento aproveitassem o ensejo para liquidar a era petista por meio de um golpe.

acabou por ser enterrada e, com ela a concepção de “esquerda” que se difundiu entre nós³⁷. Para Braz, a busca de uma nova hegemonia pelas classes dominantes – mesmo com lutas internas que não maculam o consenso burguês – se revestiu de conservadorismo reacionário e se expressou na aceleração de contrarreformas extremamente regressivas para os trabalhadores com quatro objetivos principais³⁸:

- recolocar o Brasil (e a América Latina) na área de influência prioritária dos Estados Unidos no sentido de retomada, *em condições ótimas*[grifo do autor], da sua dominância imperialista em nosso subcontinente;
- reduzir os custos do trabalho no país e aumentar a produtividade média do trabalho com base em novas formas de combinação de mais-valia relativa (incremento tecnológico para reduzir trabalho necessário e baratear a reprodução social da força de trabalho) e mais-valia absoluta (sobretudo via flexibilização das relações trabalhistas com vistas a atacar as formas de proteção social do trabalhador);
- implementar uma cruzada conservadora e reacionária contra os avanços sociais no campo das “minorias” como forma de promover um retrocesso cultural e ideológico no país;
- readequar as políticas sociais a um novo programa neoliberal mais radical de modo a criar condições para um ciclo profundo de políticas de austeridade fiscal que pesarão sobre os trabalhadores (BRAZ, 2017, p.95).

Tratou-se, efetivamente, para além dos interesses do MDB de Temer e daqueles partidos que davam suporte ao seu governo ilegítimo, de uma *agenda política e econômica do imperialismo para a América Latina* em prol da acumulação capitalista em tempos de crise nos países centrais, desaquecimento econômico da China, sem contar com as guerras na Ásia e no Oriente Médio que atravancavam o movimento do grande capital. Deveras, no continente latino-americano, a economia brasileira significa um polo vantajoso para a avidez imperialista.

A promulgação da Emenda Constitucional nº95/2016 (que congela por vinte anos investimentos públicos, sobretudo em saúde e em educação); da Reforma

³⁷ A derrocada ética do Partido dos Trabalhadores não consiste em qualquer acontecimento, já que este foi o maior partido de esquerda da América Latina, tendo emergido do novo sindicalismo nos anos 1970 que alavancou a reabertura democrática no Brasil. Há que se reconhecer, no entanto, que houve e há no Brasil resistência “dos de baixo” – através dos movimentos sociais – e da esquerda – a história do Partido Comunista Brasileiro (PCB), do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU) e do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) assim o demonstram – para além da estratégia democrático-popular consagrada pelo PT. Aliás, Iasi (2017) salienta que o PT sofreu de dois grandes equívocos: subestimou o poder do Estado burguês (otimista com as mudanças recentes na sociedade civil como se ela não fosse um campo de luta de classes) e acreditou que a burguesia não recorreria à força se os trabalhadores “se mostrassem confiáveis e abrissem mão da revolução” (p.81) (ignorando o jogo da hegemonia que necessariamente engloba coerção e consenso).

³⁸ O autor afirma que o documento *Uma ponte para o futuro* lançado pelo MDB em 29 de outubro de 2015, portanto antes do impeachment, expõe esta agenda de maior austeridade sobre os trabalhadores combinada com condições mais favoráveis para a acumulação capitalista.

Trabalhista (que autoriza a flexibilização das relações de trabalho, a redução dos salários e o aumento da jornada de trabalho num desmonte da CLT); da nova regulamentação para fiscalização do trabalho escravo (que condiciona o reconhecimento deste tipo de trabalho apenas com privação do direito de ir e vir e centraliza nas mãos do Ministro do Trabalho a inclusão dos nomes das empresas em violação); da lei de regulamentação da terceirização irrestrita; do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) (que permite intensificar a privatização do patrimônio público), entre outros projetos que foram rapidamente homologados no Governo Temer, comprovam a desfaçatez da agenda neoliberal a que se referiu³⁹. Mais do que isso, a recessão em que o país mergulhou, sob um ataque brutal às conquistas sociais garantidas na Constituição Federal de 1988, atestou a submissão nacional à reconfiguração do capital financeiro cuja conta quem paga são os trabalhadores. Neste cenário, como ressaltava Castilho et al. (2017), a Seguridade Social pública sofreu a agudização de um processo que a professora Ana Elizabeth Mota já indicava nos anos 1990: a privatização das políticas da previdência social e da saúde articulada com o alargamento da política da assistência social em sintonia com as orientações dos organismos financeiros internacionais – defensores de medidas e programas de combate à pobreza, a exemplo dos programas de transferência de renda⁴⁰. Outrossim, sabe-se como o fundo público – não sem sentido – ,especialmente os recursos destinados à Seguridade Social através do mecanismo da Desvinculação de Receitas da União (DRU), é usurpado para qualquer outra despesa julgada necessária, composição do superávit primário ou pagamento de juros de dívida pública⁴¹.

³⁹ Durante a administração de Temer, já estava na ordem do dia a aprovação da contrarreforma da Previdência Social (que abarca desvinculação das pensões do salário mínimo, aumento da idade mínima e do tempo de contribuição) e ainda estavam para decisão em Brasília, o que confirma a escalada do conservadorismo reacionário no país: PEC33/2012 de redução da maioria penal; PEC 181/2015 que proíbe o aborto em todos os casos, inclusive o de estupro; PL6583/2013 do Estatuto da Família (que exclui as famílias homoafetivas). Apenas a primeira teve sua tramitação encerrada.

⁴⁰ Netto (2010) denuncia o minimalismo desta compreensão da política social na contemporaneidade, cujo alvo se torna a miséria.

⁴¹ Sobre a condução neoliberal do país, que atingiu o orçamento público e acentuou nossos problemas históricos, Iasi (2017, p.73) assinala que: “Ainda somos um país que tem sangrado seus recursos pelos mecanismos financeiros da dívida interna e externa que em fevereiro de 2016 somava R\$ 2,81 trilhões e a previsão é que chegará aos R\$ 3,3 trilhões até o final do ano, representando em 2015 cerca de 66,2% do PIB. A presença dos grandes monopólios transnacionais não apenas cresceu, mas é incentivada. O estoque de investimentos diretos de empresas estrangeiras, entre 1995 e 2000, registrou um aumento de 147%, chegando a US\$ 103 bilhões, com ativos da ordem de US\$ 467 bilhões correspondendo a 80% do PIB. A concentração de terras em nosso país cresceu 2,5% entre 2010 e 2014, segundo dados do Sistema Nacional de Cadastro Rural, com as grandes propriedades saltando de 238 milhões para 244 milhões de hectares. De acordo com dados divulgados pelo MST, haveria no Brasil em 2016 cerca de 175,9 milhões de hectares de terras improdutivas”.

Na opinião de Braz (2017), todo este retrocesso chancelado pelas classes dominantes brasileiras se calcou numa intolerância a avanços sociais, mesmo aqueles que não atingem diretamente seus interesses econômicos. Tal intolerância de longa data – que o autor denomina como racista e classista – guarda relação com a herança da escravidão mas já anunciava articulação com componentes culturais fascistas graves:

Se o fascismo é uma forma política sempre possível desde quando os monopólios constituíram-se como dominantes na economia capitalista, no Brasil ele se amalgama com os elementos históricos de uma cultura de classe dominante que se alimenta do racismo. Junta-se a isso uma cultura política que, mesmo nos períodos republicanos, pouco avançou em relação à laicidade e que se alimenta também da intolerância religiosa. O avanço de elementos fascistas entre nós faz recrudescer ainda a misoginia que também foi usada contra a ex-presidente Dilma, ainda que não tenha sido a questão *determinante* [grifo do autor] para sua queda. Em todos os casos estamos diante de traços profundamente antidemocráticos que promovem no Brasil uma ascensão preocupante de forças conservadoras reacionárias. A chamada lei da mordaza (“Escola sem Partido”) é talvez o melhor exemplo dessa ascensão (BRAZ, 2017, p.102).

Tais componentes culturais fascistas se arredondaram durante a campanha para as eleições presidenciais de 2018 uma vez que esta foi marcada pela prisão política de Luís Inácio Lula da Silva e pelo apoio massivo da grande mídia, do empresariado⁴² e dos segmentos evangélicos à Jair Bolsonaro com a aquiescência do Judiciário e ainda um financiamento ilegal em massa de *fake news* nas redes sociais numa incitação categórica do antipetismo. Após a vitória nas urnas, o desempenho hesitante mas não menos arbitrário do Governo Bolsonaro nos primeiros meses deste ano de 2019 espelha um novo e trágico episódio da “modernização conservadora prussiana”⁴³ no Brasil.

Na análise de Fontes (2019), o governo vigente combina discurso profascista - baseado no chavão “pátria acima de tudo, deus acima de todos” que avilta a vida de pobres, mulheres, negros, indígenas e lgbt’s⁴⁴ - e economia ultraliberal - entregue à administração de empresários cuja base repousa, dentre outras medidas, na facilitação

⁴² Chama a atenção como as ações da fabricante de armas Taurus valorizaram desde a campanha de Bolsonaro que em janeiro deste ano, cumprindo promessa de campanha, alterou o Estatuto do Desarmamento de 2003 por meio de um decreto que facilita a posse de arma.

⁴³ Importante recordar que o termo “modernização conservadora” foi primeiramente utilizado pelo sociólogo americano Barrington Moore Junior num debruço sobre “revoluções burguesas vindas de cima” na Alemanha e no Japão em sua obra *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno* de 1983 (BEHRING, 2008).

⁴⁴ Ao longo da campanha antipresidencial, os nordestinos também foram alvo da truculência do presidente ao afirmar que assim como os negros, as mulheres e os gays eles são vítimas de “coitadismo” numa clara rejeição das políticas afirmativas voltadas para estes segmentos.

aos capitais estrangeiro e brasileiro⁴⁵, privatização das políticas sociais públicas e agudização no corte dos direitos dos trabalhadores – com suporte de dois setores estratégicos: o Ministério da Justiça assumido por Sérgio Moro e a grande mídia onde ao primeiro cabe o papel de emaranhar luta contra corrupção com anticomunismo e à segunda concerne o silenciamento sobre denúncias e discrepâncias internas.

Numa cruzada truculenta aversa às “ideologias”, como se o governo não se inspirasse em uma, a censura cresce velozmente contra todo e qualquer opositor ao mesmo tempo em que distintas formas de violência estouram no território como invasões de terras indígenas e quilombolas, feminicídio e assassinato de lideranças de movimentos sociais⁴⁶.

Isto posto, está nítido que vivemos uma conjuntura de intensificação do sincretismo no país, típica da “via prussiana” e seus complexos desdobramentos para o discernimento da realidade, distinguida pelo pós-fordismo e pela pós-modernidade com a constituição de uma nova sociabilidade “empreendedora” e “empoderada” na qual cada um, sujeito, grupo ou instituição, pode e deve resolver suas necessidades no mercado. Nada mais (neo)liberal.

Nítidas estão também as expressões contemporâneas da barbárie capitalista entre nós, pois as consequências desta conjuntura são decisivamente dramáticas para os trabalhadores brasileiros, pressionando a sobrevivência ao limite particularmente para os mais pobres, mulheres, negros, indígenas e lgbt’s. Na medida em que as desigualdades de toda ordem se cronificam e as políticas sociais se tornam mínimas e focalizadas sob um cotidiano ainda mais alienado e sem perspectivas de futuro, não surpreende o exacerbamento do individualismo; o consumismo desenfreado; a precarização do trabalho e o desemprego estrutural; a criminalização da pobreza; a disparada da imigração refugiada; o aumento das violências no campo, urbana, racial e de gênero; a intolerância e o fundamentalismo religioso e o ataque e a rejeição dos direitos humanos (SOUZA, 2016; BOSCHETTI, 2017).

Em tal momento histórico tão nefasto de subsunção do trabalho ao capital, para os movimentos sociais comprometidos com a construção de outra sociedade sem dominação de classe, gênero ou raça, a tarefa digna de se contrapor custa concretamente

⁴⁵ O agronegócio, bancos e grandes proprietários, associados ou não a estrangeiros, já demonstram notória proximidade com este governo (FONTES, 2019).

⁴⁶ Não à toa, desde o golpe de 2016, aumentou significativamente o número de assassinatos de lideranças políticas - indígenas, quilombolas, comunitárias, sindicais e de trabalhadores rurais -, dentre elas Marielle Franco, vereadora do PSOL.

vida. Não é mera coincidência se falar tanto nestes dias em resistência. Uma vez que do outro lado do limite da sobrevivência, é a morte, entre a sobrevivência e a morte, ou o luto por esta conjuntura degradante transformamos em luta ou deixamos de existir em todos os sentidos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEHRING, E. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. In: Revista **Serviço Social & Sociedade** n. 128. São Paulo: Cortez, jan/abril 2017.

BRASIL DE FATO. Assassinatos de lideranças políticas aumentaram após golpe de 2016. Publicado em 20.mar.2018. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/03/20/assassinatos-de-liderancas-politicas-aumentaram-apos-golpe-de-2016/> Acesso em 29. Mar. 2019.

_____. Prioridade de Bolsonaro, escolas militares sobrepõem disciplina à formação humanista. Publicado em 8.fev.2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/02/08/prioridade-de-bolsonaro-escolas-militares-sobrepoem-disciplina-a-formacao-humanista/> Acesso em 29. Mar. 2019.

BRAZ, M. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** nº128. São Paulo: Cortez, jan/abr.2017.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo, Xamã, 1996.

COUTINHO, C. N. **Cultura e sociedade no Brasil**: ensaios sobre ideais e formas. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

EL PAÍS. Taurus, ascensão de uma fabricante de armas com Bolsonaro. Publicado em 15.jan.2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/09/economia/1547038307_822194.html Acesso em 29.mar.2019.

ESQUERDA ON LINE. Publicado em 28.out.2018. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/10/28/bolsonaro-vence-mas-a-resistencia-continua/> Acesso em 29. mar. 2019.

FONTES, V. O núcleo central do governo Bolsonaro: o proto-fascismo. Publicado no blog Combate Racismo Ambiental em 11. Jan.2019. Disponível em:

<https://racismoambiental.net.br/2019/01/11/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-protoc-fascismo-por-virginia-fontes/> Acesso em 29.mar.2019.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 2ª ed. São Paulo, Loyola, 2005.

IASI, M.L. De onde vem o conservadorismo? publicado no blog da Boitempo em 15 abr. 2015. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2015/04/15/de-onde-vem-o-conservadorismo/> . Acesso em 29. mar. 2019

_____. O Serviço Social aos 80 anos diante de um novo Brasil. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n°128. São Paulo: Cortez, jan/abr.2017.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MOTA, A.E. 80 anos do Serviço Social brasileiro: conquistas históricas e desafios na atual conjuntura. In: **Revista Serviço Social e Sociedade** n°128. São Paulo: Cortez, jan/abr.2017.

NETTO, J.P. Uma face contemporânea da barbárie. In: III ENCONTRO INTERNACIONAL “CIVILIZAÇÃO OU BARBÁRIE”. 30-31 de outubro/1º de novembro de 2010, Serpa, Portugal.

_____. e BRAZ, M. **Economia política**: uma introdução crítica. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, J.S. **“Questão social”**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

OUTRAS MÍDIAS. Deutsche Welle Brasil. Safatle desconstrói a pauta ultraconservadora.. Publicado 13/10/2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/safatle-desconstrui-a-pauta-ultraconservadora/> Acesso em 29. mar. 2019.

SOUZA, J.M.A. O sincretismo no Serviço Social: uma abordagem ontológica. In: MOTA, A.E. e AMARAL, A. (org.). **Cenários, contradições e peijas do serviço social brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2016.

UOL. Blog do Sakamoto. Publicado em 5.ago.2018. Disponível em: <https://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2018/08/05/brasil-tera-anticampanha-eleitoral-com-poucas-propostas-e-muito-odio/> Acesso em 29.mar.2019.

